

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO

#### Louco é quem não sonha

Comemoram-se este ano os 500 anos da publicação da “Utopia”, de Thomas More. A data está a servir de pretexto para uma série de iniciativas, não apenas para lembrar More e a sua obra, mas também (ou sobretudo) para celebrar a ideia de utopia. Utopias e distopias são poderosos exercícios de imaginação que nos ajudam a compreender os erros dos atuais modelos políticos e a projetar e construir melhores modelos.

Atravessamos tempos convulsos. Tempos de incerteza. Depois de Barack Obama, um modelo de elegância e inteligência, concorde-se ou não com as suas ideias, ninguém acreditava que os EUA pudessem regredir até alguém (alguma coisa) tão ruim quanto, por exemplo, George W. Bush — e foi então que surgiu Donald Trump. No início parecia apenas um pequeno erro do sistema, um divertimento antes da ação a sério, como os palhaços, no circo, antecedendo a entrada dos trapezistas. Agora começa a parecer-se com o que sempre foi — um pesadelo.

No Brasil, cujo processo de democratização acompanhei com entusiasmo, que vi crescer, prosperar, vencer a inflação e o desemprego — antes da crise atual —, há quem saia para as ruas clamando pelo regresso dos militares. Olhando a partir de fora custa a compreender. Olhando a partir de dentro custa ainda mais.

Desistir da democracia porque alguns políticos são corruptos é como cortar a cabeça para acalmar uma enxaqueca. As ditaduras tendem a ser muitíssimo mais corruptas do que as democracias. A diferença entre uma ditadura e uma democracia, no que diz respeito à corrupção, é que numa democracia os corruptos nem sempre conseguem dormir, com receio de que polícia lhes entre em casa a meio da noite, enquanto numa ditadura são as pessoas honestas que não conseguem dormir — com receio de que a polícia lhes entre em casa a meio da noite. Uma democracia é tanto mais avançada quanto mais capaz for de combater a corrupção e, em particular, a corrupção no mundo da política. Creio mesmo que uma democracia é tanto mais avançada quanto menos ricos forem os seus políticos. Gosto da Holanda porque o primeiro-ministro vai para o emprego de bicicleta. Amo Cabo Verde, entre tantos outros bons motivos, porque o governo fica na Praia, e porque, entrando num boteco qualquer, nunca saberemos se o sujeito sentado ao nosso lado, tocando cavaquinho, é um humilde pedreiro ou o presidente da República.

Não há ditaduras boas, da mesma forma que não há doenças boas. Há democracias avançadas e vigorosas e há democracias em crise, democracias frágeis, democracias necessitadas de um novo começo. O que não há com toda a

certeza é democracias que possam ser substituídas com proveito por uma qualquer ditadura. Nenhuma democracia é tão má que consiga ser pior do que a melhor ditadura.

Quando se analisam, à distância de séculos, tempos de incerteza e convulsão verifica-se, tantas vezes, que estes assinalam importantes avanços na História. As pessoas que acordaram em Paris, naquela manhã de 14 de julho de 1789, não podiam imaginar que os confrontos desse dia, que culminaram na tomada da Bastilha, iriam dar origem não só a mudanças políticas fundamentais, mas, mais importante, a alterações positivas de mentalidade, em particular ao enraizamento da noção de que todos os homens nascem livres e são iguais em direitos e deveres. Para muitos franceses aqueles foram dias de puro terror. Dias em que um mundo acabou. Mas hoje, olhando para trás, o que vemos é um mundo novo a começar.

Tempos como aqueles que vivemos são susceptíveis de engendrar monstros. Contudo, também são capazes de gerar sonhos enormes e poderosos. Mais do que nunca é urgente visitar utopias antigas e projetar novas. A obra de Thomas More inspirou, entre outros, Pierre-Joseph Proudhon, um dos pais do anarquismo. Mesmo quem nunca ouviu falar em Proudhon conhece certamente a mais famosa das suas proclamações, “a propriedade é um roubo”, e muitos a repetem, ainda que a não compreendam. Algumas das ideias antiautoritárias de Proudhon são hoje mais atuais — e menos “utópicas” — do que quando este as produziu.

O comunismo morreu e o capitalismo ameaça matar-nos a todos. A corrupção da classe política, as crises de refugiados, o aquecimento global, tudo isto são problemas decorrentes da própria natureza do sistema capitalista. É urgente procurar outros caminhos. Sonhar não é loucura. Loucura, hoje, é não sonhar. Na certeza, porém, de que esses caminhos, esses sonhos, só podem ser encontrados por meios pacíficos e democráticos. A democracia, essa utopia primordial, não pode ser posta em causa. Todos somos poucos para a defender.

AGUALUSA, José Eduardo. Louco é quem não sonha. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/louco-quem-nao-sonha-18922165>. Acessado em: 26 mar. 2016.

#### QUESTÃO 1

Sobre o texto de José Eduardo Agualusa só NÃO é possível afirmar que

- (A) não pertence ao tipo injuntivo.
- (B) pertence ao gênero artigo de opinião e ao tipo explicativo.
- (C) apresenta linguagem predominantemente denotativa, própria do tipo textual em questão.
- (D) a linguagem do texto deve ser classificada como formal.

- (A) civilizar  
(B) deslizar  
(C) esvaziar  
(D) analisar

Em “No início parecia apenas um pequeno erro do sistema, um divertimento antes da ação a sério, como os palhaços, no circo, antecedendo a entrada dos trapézistas”, a palavra sublinhada foi grafada com “z”. Das opções a seguir, a única que NÃO deve ser grafada com “z” é:

#### QUESTÃO 6

Em “A potência ser substituído por *mas*, já que possui valor de oposição.”  
(B) potência ser substituído por *entretanto*, pois possui valor de oposição.  
(C) potência ser substituído por *mas*, já que possui valor adversativo.  
(D) potência ser substituído por *assim*, já que enfatiza o período anterior.

Em “Na certeza, porém, de que esses caminhos, esses sonhos, só podem ser encontrados por meios pacíficos e democráticos”, sobre o vocábulo destacado é possível afirmar que:

#### QUESTÃO 5

- (A) como também / principalmente  
(B) porém / hodiernamente  
(C) entretanto / especialmente  
(D) e também / hodiernamente

Em “...mas também (ou sobretudo) para celebrar a ideia de utopia”, as palavras destacadas poderiam ser substituídas, respectivamente, sem alteração de sentido, por:

#### QUESTÃO 4

- (A) publicação  
(B) imaginação  
(C) noção  
(D) democratização

Dos substantivos extraídos do texto, o único que NÃO é formado a partir de verbo é:

#### QUESTÃO 3

- (A) A professora lhes entregou as notas das provas.  
(B) A professora deu-lhes conselhos sobre os estudos.  
(C) Ela pagou-lhes a dívida.  
(D) Quando viu os alunos, a professora beijou-lhes o rosto.

Em “...com receio de que a polícia lhes apresente valor idêntico ao da noite”, o pronome *lhes* apresenta valor idêntico ao da opção:

#### QUESTÃO 2

- (A) metáfora  
(B) comparação  
(C) catacrese  
(D) eufemismo

“Desistir da democracia porque alguns políticos são corruptos é como cortar a cabeça para acalmar uma enxameca.”  
A figura de linguagem presente nesse fragmento do texto é:

#### QUESTÃO 10

Em “Comemoram-se este ano os 500 anos da publicação da “Utopia”, de Thomas More”, a forma do pronome demonstrativo destacado se justifica por

(A) referir-se a um fato futuro na progressão temporal.  
(B) selecionar dois termos, destacando o mais próximo.  
(C) fazer alusão a um acontecimento do presente e não poderia ser substituído por “esse”.  
(D) referir-se a uma informação feita posteriormente.

#### QUESTÃO 9

Em “No Brasil, culpo processo de democratização acompanhei com entusiasmo...”, o pronome *cujo* é relativo indefinido e equivale a “do qual”.  
(C) Em “As pessoas que acordaram em Paris, naquela manhã de 14 de julho de 1789, não podiam imaginar que os confrontos desse dia, que culminaram na tomada da Bastilha...”, os três pronomes destacados devem ser classificados como relativos.  
(D) Em “Todos somos poucos para a defender”, deveria ocorrer o uso da ênclise com a devida alteração da forma verbal e do pronome.

(A) Em “Utopias e distopias são poderosos exercícios de imaginação que nos ajudam a compreender os erros dos atuais modelos políticos e a projetar e construir melhores modelos”, a próclise se justifica porque o verbo está no plural.  
(B) Em “No Brasil, culpo processo de democratização acompanhei com entusiasmo...”, o pronome *cujo* é relativo indefinido e equivale a “do qual”.  
(C) Em “As pessoas que acordaram em Paris, naquela manhã de 14 de julho de 1789, não podiam imaginar que os confrontos desse dia, que culminaram na tomada da Bastilha...”, os três pronomes destacados devem ser classificados como relativos.  
(D) Em “Todos somos poucos para a defender”, deveria ocorrer o uso da ênclise com a devida alteração da forma verbal e do pronome.

#### QUESTÃO 8

Pronome é a classe de palavra (variável em gênero, número e espaço e no tempo. Sobre os pronomes destacados nos seguintes fragmentos extraídos do texto é CORRETO afirmar que:

- (A) indicar transcrição textual.  
(B) assinalar neologismo.  
(C) realçar expressão.  
(D) destacar uma ironia.

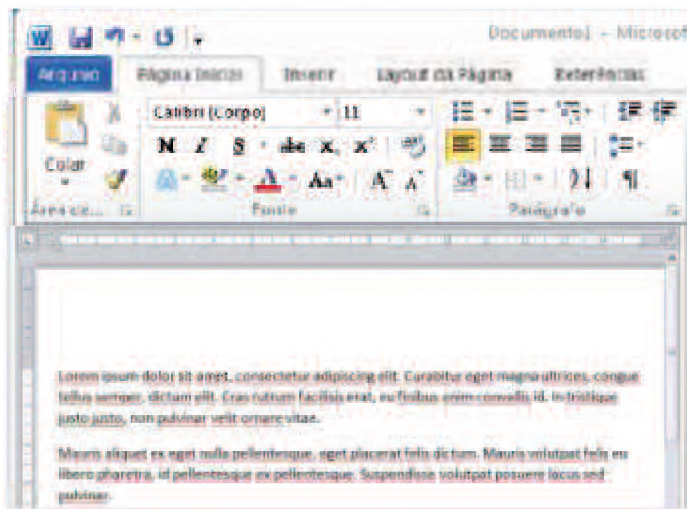
O trecho “a propriedade é um roubo”, aparece no texto entre aspas, as quais, neste caso, têm a função de

#### QUESTÃO 7

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### QUESTÃO 11

Considere a imagem abaixo do Microsoft Word 2010, idioma Português do Brasil:



Supondo que você tenha selecionado os dois parágrafos exibidos na figura e tenha pressionado o botão Classificar, escolhendo por parágrafos e em ordem crescente, marque a opção que afirma a alteração que o texto sofrerá.

- (A) Todas as palavras, em ambos os parágrafos, serão organizadas e exibidas em ordem alfabética.
- (B) O texto não sofrerá nenhuma alteração, pois os parágrafos já estão em ordem alfabética.
- (C) O texto não sofrerá nenhuma alteração, pois a funcionalidade Classificar apenas funciona com números.
- (D) O texto não sofrerá nenhuma alteração, pois, primeiro, é preciso executar o corretor ortográfico.

### QUESTÃO 12


Observe a figura abaixo do Microsoft Excel 2010, idioma Português do Brasil:





|    | A         | B            |
|----|-----------|--------------|
| 1  | Professor | Salário      |
| 2  | Augusto   | R\$ 1.100,00 |
| 3  | Bernardo  | R\$ 1.150,00 |
| 4  | Carlos    | R\$ 900,00   |
| 5  | Duarte    | R\$ 850,00   |
| 6  | Eduardo   | R\$ 998,00   |
| 7  | Fabricao  | R\$ 1.200,00 |
| 8  | Gabriel   | R\$ 1.300,00 |
| 9  | Herlindo  | R\$ 1.225,00 |
| 10 | Iran      | R\$ 1.015,00 |

Qual das opções a seguir representa a fórmula do Excel que retornará a média dos salários dos professores exibidos na imagem?

- (A) MÉDIA("B2:B10")
- (B) MÉDIA("B2": "B10")
- (C) MÉDIA(B2:B10)
- (D) MÉDIA(B2,B10)

### QUESTÃO 13

Sobre o Windows 7, idioma Português do Brasil, leia atentamente o enunciado. A tecla do Windows (  ), também chamada de *Windows Key*, presente em vários teclados, fornece uma série de combinações que servem como teclas de atalho para a execução de determinados programas. Qual das opções abaixo representa a combinação de teclas para executar o Windows Explorer?

- (A)  + E
- (B)  + R
- (C)  + F
- (D)  + I

### QUESTÃO 14

Com a chegada da Internet, foram necessários alguns programas que possibilitassem o nosso acesso. Um deles é o Navegador. Geralmente, entre outras funções, o navegador é responsável por permitir que acessemos as páginas de hipertexto, daí o protocolo ser o *Hypertext Transfer Protocol* – HTTP. Entre inúmeros programas desse tipo, os mais conhecidos são o Internet Explorer, o Firefox e o Chrome. Sobre o Internet Explorer 9, o Firefox 39 e o Chrome 49, todos no idioma Português do Brasil, marque a opção CORRETA:

- (A) Apenas o Internet Explorer pode ser utilizado para se acessar um Internet Banking, pois é o único que permite o acesso a sites com protocolo seguro (HTTPS).
- (B) Tanto o Firefox quanto o Chrome foram desenvolvidos para *smartphone*, entretanto eles funcionam apenas em computadores.
- (C) Uma página aberta no Internet Explorer não pode ser aberta concomitantemente no Firefox.
- (D) Todos esses navegadores permitem que sejam abertas mais de uma página com um único programa aberto.

### QUESTÃO 15

Sobre o Windows 7, idioma Português do Brasil, marque a opção CORRETA:

- (A) O Windows 7 não possui suporte nativo a impressoras, sendo sempre necessário instalar os drivers da impressora quando se deseja utilizá-la através do Windows.
- (B) O Windows 7 possui inúmeras funções, sendo um Sistema Operacional de grande utilidade para seus usuários, no qual, inclusive, é possível alterar a imagem de fundo de sua tela principal, também conhecida para Área de Trabalho.
- (C) Somente é possível utilizar o Windows 7 com um mouse conectado ao computador.
- (D) O Windows 7 não permite a conexão de seu computador com uma rede WIFI (sem fio) a menos que ela seja segura. Isso aumenta o nível de segurança do sistema, o que é muito recomendável atualmente.

## LEGISLAÇÃO DE BARRA MANSA

### QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Município de Barra Mansa é uma unidade do território do Estado do Rio de Janeiro, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pelas Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica.
- II. São símbolos do Município de Barra Mansa o Brasão de Armas, a Bandeira do Município e outros estabelecidos em lei municipal.
- III. A criação e organização de distritos compete ao Município, observada a legislação estadual. Não se admite supressão de distritos.

Quais são VERDADEIRAS?

- (A) Apenas uma assertiva está correta.
- (B) Apenas duas assertivas estão corretas.
- (C) Todas as assertivas estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão incorretas.

### QUESTÃO 17

Consoante a Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida

- (A) nas Constituições Federal e Estadual e na própria Lei Orgânica.
- (B) apenas na Constituição Federal.
- (C) nas Constituições Federal e Estadual.
- (D) apenas na Constituição Estadual.

### QUESTÃO 18

Sobre Competência, prevista na Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Ao Município de Barra Mansa compete prover sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado exclusivamente através de concessão, fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas.
- (B) Ao Município de Barra Mansa compete prover sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas.
- (C) Ao Município de Barra Mansa compete disciplinar o transporte de carga e descarga, fixando a tonelagem máxima permitida em vias públicas municipais, bem como o armazenamento de materiais tóxicos, inflamáveis, combustíveis, radioativos, corrosivos e outros que possam constituir fonte de risco em vias públicas, disciplinando-se, outrossim, o local de estacionamento ou pernoite dos veículos que executam esses serviços.
- (D) Ao Município de Barra Mansa compete ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes.

### QUESTÃO 19

Acerca da Competência, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, ao Município de Barra Mansa compete, em comum com a União e com o Estado, observadas as normas de cooperação fixadas na lei complementar, SALVO:

- (A) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e as ações fiscalizadoras federal e estadual.
- (B) proteger os documentos, as obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais e os sítios arqueológicos.
- (C) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de abastecimento básico.
- (D) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

### QUESTÃO 20

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, sobre os princípios fundamentais e direitos individuais e coletivos, assinale a opção CORRETA:

- (A) A soberania popular manifesta-se quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida exclusivamente: pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos; pelo plebiscito; pelo referendo; pela iniciativa popular no processo legislativo; e, pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições.
- (B) A soberania popular manifesta-se quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida exclusivamente: pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos; pelo referendo; pela iniciativa popular no processo legislativo; pela ação fiscalizadora sobre a administração pública; e, pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições.
- (C) Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, nem por ter cumprido pena ou por qualquer particularidade ou condição social, devendo o Município estabelecer, dentro de seu âmbito de competência, sanções de natureza administrativa e criminal para coibir tal prática.
- (D) A soberania popular manifesta-se quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida: pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos; pelo plebiscito; pelo referendo; pela iniciativa popular no processo legislativo; pela ação fiscalizadora sobre a administração pública; e, pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições.



**QUESTÃO 21**

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, sobre organização dos poderes assinale a opção INCORRETA:

- (A) Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara de Vereadores.
- (B) É da competência exclusiva da Câmara Municipal criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
- (C) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos para cada legislatura, em pleito direto, pelo sistema proporcional, e cada legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos.
- (D) Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar todas as matérias de competência do Município, essencialmente sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos.

**QUESTÃO 22**

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, analise as afirmativas a seguir:

- I. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar todas as matérias de competência do Município, essencialmente sobre isenção e anistia em matéria tributária, salvo remissão de dívidas.
- II. Na Câmara Municipal, a maioria, a minoria, as representações partidárias, a partir de cinco membros, e os blocos parlamentares terão Líder, e quando for o caso, Vice-Líder.
- III. O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido na própria Lei Orgânica.

Assinale a opção VERDADEIRA:

- (A) Apenas uma assertiva está correta.
- (B) Apenas duas assertivas estão corretas.
- (C) Nenhuma assertiva está correta.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.

**QUESTÃO 23**

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, a mesa da Câmara de Vereadores é composta:

- (A) do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente e do Primeiro Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.
- (B) do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.
- (C) do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente e do Segundo Vice-Presidente, os quais se substituirão nessa ordem.
- (D) do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais, não necessariamente se substituirão nessa ordem segundo o regimento interno da própria Casa.

**QUESTÃO 24**

A Lei Orgânica do Município de Barra Mansa poderá ser emendada mediante proposta:

- (A) de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito Municipal; e da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.
- (B) de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal; e da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.
- (C) de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito Municipal; e da população, subscrita por 10% (dez por cento) do eleitorado do Município.
- (D) de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito Municipal; e da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

**QUESTÃO 25**

Consoante a Lei Orgânica do Município de Barra Mansa, o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço e de sua estrutura territorial servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade denomina-se:

- (A) Plano Diretor, de iniciativa do Prefeito.
- (B) Plano de Estratégia, de iniciativa do Prefeito.
- (C) Plano Diretor, de iniciativa da Mesa da Câmara Municipal.
- (D) Sistema de Planejamento, de iniciativa do Prefeito.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em 16 de março de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.105/2015, instituindo um Novo Código de Processo Civil, com uma *vacatio legis* de um ano. O projeto de lei que deu origem ao NCPC foi baseado em anteprojeto elaborado por comissão de juristas de grande renome, presidida pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, e tendo por relatora a ilustre Professora Tereza Alvim Wambier, com o objetivo de sistematizar e organizar as regras gerais do Processo Civil, incorporando as conquistas científicas na área do processo civil e as mudanças sociais.

Assim, considerando que desde o dia 18 de março de 2016, o processo civil já é regido pela Lei n. 13.105/2015, responda as questões que seguem:

### QUESTÃO 26

Muitos autores defendem que o Novo CPC instaurou o neoprocessualismo, isso porque o art. 1º desse dispositivo prevê expressamente a submissão do processo ao Texto Constitucional, o que de certo não revela novidade, vez que a Supremacia da Constituição da República independe de norma infraconstitucional. Entretanto, preferiu o NCPC repetir expressamente alguns princípios consagrados no texto constitucional. Assim, analise os itens que seguem e assinale a opção CORRETA:

- I. O incidente de resolução de demandas repetitivas é um dos mecanismos para atender ao princípio da isonomia consagrado no Código de Processo Civil.
  - II. Ainda que verificada de plano a decadência, matéria que pode ser conhecida *ex officio*, não poderá haver improcedência liminar do pedido sem a oitiva do Autor, sob pena de nulidade da decisão por ofensa ao princípio do contraditório.
  - III. A exigência de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, como condição para propositura de ação de exibição de documentos, não ofende o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
  - IV. O princípio da razoabilidade temporal não garante a celeridade processual, na verdade este dispositivo busca a obtenção dos melhores resultados possíveis, com a máxima economia de esforços, despesas e tempo. Esse princípio está intimamente ligado à efetividade do processo.
- (A) Apenas um item é falso.  
(B) Apenas um item é verdadeiro.  
(C) Apenas dois itens são verdadeiros.  
(D) Todos os itens são verdadeiros.

### QUESTÃO 27

Considere que o Município tenha sido citado no dia 15 de março de 2016 para apresentar contestação em uma ação de danos morais c/c danos materiais. Acerca desse fato é CORRETO afirmar:

- (A) O prazo para contestar será em quádruplo, uma vez que o município foi citado na vigência do código de 1973, possuindo, portanto, direito processual adquirido ao prazo em quádruplo para recorrer.
- (B) A lei processual aplica-se imediatamente desde o início da sua vigência, assim ao contestar o procurador municipal deverá observar o prazo em dobro contado em dias úteis, a partir da data da intimação pessoal.
- (C) O prazo para contestar será em quádruplo, porém com a entrada em vigor do novo código, serão contados em dias úteis, da data da juntada aos atos do mandado cumprido.
- (D) A lei processual aplica-se imediatamente desde o início da sua vigência, mas respeita os atos processuais já praticados, assim ao contestar o procurador municipal deverá observar o prazo em quádruplo para contestar, a partir da data da intimação pessoal.

### QUESTÃO 28

Assinale a opção INCORRETA:

- (A) Pela nova sistemática processual é correto afirmar que foi adotado o critério materialista da conexão.
- (B) A competência absoluta da Justiça Federal fixada na Constituição Federal é prorrogável pela conexão.
- (C) Caso o Réu observe a existência de incompetência relativa, deverá alegá-la em preliminar de contestação, sob pena de prorrogação de competência.
- (D) Os atos decisórios praticados por juiz absolutamente incompetente serão preservados até que o juiz competente decida de maneira contrária, se for o caso.

### QUESTÃO 29

Assinale a opção que NÃO apresenta uma hipótese em que o relator poderá negar provimento ao recurso por decisão monocrática:

- (A) Quando o recurso for contrário a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal.
- (B) Quando o recurso for contrário a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo.
- (C) Quando o recurso for contrário a jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Superior Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.
- (D) Quando o recurso for contrário a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

**QUESTÃO 30**

Com o agravamento da crise financeira que vem assolando os municípios, não é raro demandas judiciais envolvendo ações que obriguem a Administração Pública em caráter liminar a fornecer medicamentos. Suponhamos que você é procurador municipal e está diante do deferimento de uma tutela antecipada para o fornecimento de medicamento para portadores de diabete. Suponhamos que o município não tenha interesse em agravar a decisão, uma vez que o fornecimento de tal medicamento sempre fora feito pela Administração Pública municipal, não o sendo neste momento por problemas orçamentários. O magistrado então, diante da não interposição do recurso de agravo de instrumento profere sentença de extinção do processo com resolução de mérito e arquivava o processo. Diante da situação apresentada é CORRETO afirmar:

- (A) Que o magistrado decidiu antecipadamente a lide, cabendo assim o competente recurso de apelação.
- (B) Ocorreu a estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente, entretanto, a mesma, ao menos nos dois anos iniciais, não adquire o caráter de definitividade, mas adquire estabilidade o que impede que o juiz possa revogá-la ou cassá-la livremente.
- (C) Tendo em vista que a parte não demonstrou interesse em recorrer, estabiliza-se a decisão antecipada, extinguindo o processo e produzindo os efeitos da coisa julgada.
- (D) Nenhuma das respostas anteriores.

**QUESTÃO 31**

No dia 17 de abril de 2016, o país viveu a expectativa da abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma, em virtude da votação realizada na Câmara Federal, que aprovou por 367 votos a favor e 137 contra. Sobre o processo de *impeachment* é INCORRETO afirmar que:

- (A) Após o julgamento da ADPF 378, em dezembro de 2015, o STF decidiu que cabe ao Senado Federal a decisão sobre a instauração do processo de *impeachment* contra a Presidente, assim, antes da decisão do Senado Federal não se pode afirmar que exista processo de *impeachment*.
- (B) A votação na Câmara Federal, por dois terços de seus membros, procedeu à abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma por crime de responsabilidade, entretanto, a mesma somente poderá ser afastada do cargo pelo Senado Federal.
- (C) No dia 19 de abril de 2016, o Senado Federal fez a leitura do pedido de *impeachment*, a partir daí será instaurada comissão especial para decidir se será instaurado o processo de *impeachment*, que depende do voto da maioria simples dos Senadores para ser instaurado.
- (D) Caso a maioria dos Senadores decida pela instauração do processo de *impeachment*, a Presidente é afastada do cargo, mas somente perderá o cargo pelo voto de 2/3 dos senadores.

**QUESTÃO 32**

Em 02 de outubro de 2016, o povo vai às urnas para exercer sua cidadania através do voto, quando poderão escolher prefeitos e vereadores de seus Municípios. Considerando os sistemas eleitorais existentes, assinale a opção CORRETA:

- (A) Pelo sistema eleitoral majoritário, é eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos. No caso de eleição de Senadores, é adotado o sistema majoritário de maioria simples ou relativa em escrutínio de um turno apenas.
- (B) Para eleição de Prefeito é adotado o sistema majoritário de maioria absoluta, ou seja, estará eleito o candidato que obtiver mais da metade dos votos válidos dos eleitores que comparecerem à votação.
- (C) Haverá segundo turno nas eleições majoritárias para Chefes do Executivo, sempre que o candidato mais votado não obtiver mais da metade dos votos válidos dos eleitores que comparecerem à votação.
- (D) Havendo segundo turno, será considerado eleito o candidato a Prefeito que conquistar mais da metade dos votos válidos dos eleitores.

**QUESTÃO 33**

Assinale a opção CORRETA:

- (A) O Poder Judiciário ao anular decisão administrativa discricionária por desvio de finalidade, no caso concreto, poderá resolver como o interesse público será atendido.
- (B) O administrador ao decidir, pode exercer o juízo de conveniência e oportunidade, que compreende o mérito administrativo dos atos vinculados.
- (C) As decisões administrativas, sejam elas vinculadas ou discricionárias, estão sujeitas à revisão judicial quanto a aspectos de legalidade.
- (D) Nenhuma das respostas anteriores.

**QUESTÃO 34**

Analise os itens que seguem e assinale a opção INCORRETA:

- (A) A desapropriação é uma forma de aquisição originária da propriedade, na medida em que a aquisição não está vinculada a situação jurídica anterior.
- (B) Podem ser objeto de desapropriação as coisas passíveis de direito de propriedade, ou seja, todo bem móvel ou imóvel, público ou privado, corpóreo ou incorpóreo, incluindo-se aqui até mesmo direitos em geral, com exceção aos personalíssimos.
- (C) Quando o poder público dá ao bem desapropriado destinação diversa da que foi prevista no ato de desapropriação, tem-se a trespessão, que será lícita se a destinação alterada mantiver a finalidade pública.
- (D) Na intervenção estatal sobre a propriedade privada, será devida indenização se houver supressão da propriedade ou no caso de prejuízo anormal e específico, no exercício, do poder de polícia, ainda que regular.

**QUESTÃO 35**

Análise os itens que seguem e assinale a opção CORRETA:

- I. Servidor público que utiliza veículo oficial para transporte de passageiros remunerado, aos fins de semana, pratica ato de improbidade administrativa doloso, podendo perder a função pública e ter seus direitos políticos suspensos por oito a 10 anos.
- II. Os atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da administração pública não admitem a forma culposa.
- III. Não constitui ato de improbidade a acumulação de cargos públicos com a efetiva prestação de serviço, por valor irrisório pago ao profissional de boa-fé.
- IV. É punível a tentativa de improbidade nos casos em que as condutas não se realizaram por motivos alheios à vontade do agente.

- (A) Apenas um item é verdadeiro.
- (B) Apenas dois itens são falsos.
- (C) Todos os itens são falsos.
- (D) Todos os itens são verdadeiros.

**QUESTÃO 36**

Sobre a capacidade civil assinale a opção INCORRETA:

- (A) Não correrá a prescrição contra o deficiente, o enfermo ou excepcional.
- (B) O negócio jurídico celebrado com o deficiente, o enfermo ou excepcional não será considerado nulo por tratar-se de pessoa plenamente capaz.
- (C) Somente os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes.
- (D) São relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

**QUESTÃO 37**

Assinale a opção INCORRETA:

- (A) A União tem competência para instituir impostos, além dos previstos na Constituição Federal, por força da chamada competência residual tributária.
- (B) Está fora da reserva tributária a criação de obrigações acessórias não sendo necessário Lei para a sua criação.
- (C) O Imposto Sobre Serviços – ISS pode ser cobrado com alíquota superior a 5% desde que haja autorização legislativa municipal para tal.
- (D) É legítima a incidência do imposto intervivos sobre o valor do imóvel ao tempo da alienação, e não da promessa, na conformidade da legislação local.

**QUESTÃO 38**

Lei editada antes da vigência da Constituição Federal de 1988 que seja contrária a esta, poderá sofrer controle de constitucionalidade por meio de:

- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade
- (B) Ação Declaratória de Constitucionalidade
- (C) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
- (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

**QUESTÃO 39**

Sobre imunidade tributária é CORRETO afirmar:

- (A) A imunidade nasce no plano infrakonstitucional e incide sobre o tributo devido.
- (B) Inexiste o fato gerador quando se pratica o ato que a Constituição Federal imunizou.
- (C) O fato gerador acontece, mas a lei imuniza o sujeito passivo do pagamento do tributo.
- (D) Nenhuma das opções anteriores.

**QUESTÃO 40**

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no âmbito de suas competências, por meio de seus órgãos de controle interno, de forma isolada ou em conjunto com o Ministério Público ou com a Advocacia Pública, celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos e pelos fatos investigados e previstos na Lei Anticorrupção que colaborem efetivamente com as investigações e com o processo administrativo. Sobre o acordo de leniência, analise as afirmativas que seguem:

- I. O acordo de leniência celebrado pela autoridade administrativa isentará a pessoa jurídica das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em outras normas que tratam de licitações e contratos.
- II. O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- III. O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo administrativo e quando estipular a obrigatoriedade de reparação do dano poderá conter cláusulas sobre a forma de amortização, que considerem a capacidade econômica da pessoa jurídica.
- IV. A administração pública não poderá celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável por atos e fatos investigados em normas de licitações e contratos administrativos com vistas à isenção ou à atenuação das sanções restritivas ou impeditivas ao direito de licitar e contratar.

- (A) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
- (B) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (D) Todas as afirmativas são verdadeiras.